

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Outubro/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Concurso Público para provimento de cargos de Consultor Técnico Jurídico

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Educação engloba aquisição de conhecimentos e civilidade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 9.

Falso mar, falso mundo

O mundo anda cada vez mais complicado, o que não é bom. O frágil corpo humano não foi feito para competir com a máquina, conviver com a máquina e explorá-la. A cada adiantamento técnico-científico, o conflito fica mais duro para o nosso lado.

Mas nesta semana vi na TV uma reportagem que me horrorizou como prova de que, a cada dia, mais renunciamos às nossas prerrogativas de seres vivos e nos tornamos robotizados. Foi a "praia artificial" no Japão (logo no Japão, arquipélago penetrado e cercado de mar por todos os lados!).

É um galpão imenso, maior que qualquer aeroporto, coberto por uma espécie de cúpula oblonga, de plástico. E filas à entrada, lá dentro um guichê, o pessoal paga a entrada, que é cara, e some. Deve entrar no vestiário, ou antes, no despiário, pois surgem já convenientemente seminus, como se faz na praia. Pois que debaixo daquele imenso teto de plástico está um mar, com a sua praia. Mar que, na tela, aparece bem azul com ondas de verdade, coroadas de espuma branca; ondas tão fortes que chegam a derrubar as pessoas e sobre as quais jovens atletas surfam e rebolam. E um falso sol, de luz e calor graduáveis; e a praia é de areia composta por pedrinhas de mármore.

Não sei se pelo comportamento dos figurantes, a gente tinha a impressão absoluta de que assistia a uma cena de animação figurada em computador. A única presença viva, destacando-se no elenco de bonecos, era a repórter, apresentadora do espetáculo. Já se viu! Se fosse uma honesta piscina de água morna, tudo bem. Mas fingir as ondas, falsificar um sol bronzeando, de trinta e cinco graus, e toda aquela gente se deitando com a simulação e depois voltando para a rua vestida nos seus casacos! Me deu pena, horror, sei lá. Aquilo não pode deixar de ser pecado. Falsificar com tanta impudência as criações da natureza, e pra quê!

(Adaptado de: QUEIROZ, Rachel. **Melhores crônicas**. São Paulo: Global Editora, 1994, edição digital)

1. Considere as afirmações abaixo.

- I. No trecho *E filas à entrada, lá dentro um guichê, o pessoal paga a entrada [...] e some.* (3º parágrafo), a autora recorre a orações coordenadas com o intuito de descrever características da praia artificial.
- II. Depreende-se do texto que a autora considera irônica a necessidade de se criar uma praia artificial no Japão, local cercado pelo mar.
- III. Infere-se do quarto parágrafo que a apresentadora do programa descrito enaltece a espontaneidade das pessoas que frequentam a praia artificial.
- IV. Mesmo tecendo críticas à artificialidade do local, a autora elogia a precisão técnica com que a praia artificial foi construída, cuja temperatura chega a ser controlada remotamente.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

2. Quanto à linguagem do texto, afirma-se corretamente:

- (A) No trecho *Me deu pena, horror, sei lá,* (4º parágrafo) observa-se uso de linguagem coloquial.
- (B) Por se tratar de linguagem escrita, a crônica de Queiroz segue o padrão formal culto da linguagem.
- (C) A expressão "a gente" em *a gente tinha a impressão absoluta de que assistia a uma cena de animação* (4º parágrafo) é exemplo de variação regional da linguagem, que ocorre de acordo com o local geográfico onde o falante se encontra.
- (D) Para criar sensação de intimidade com o leitor, a autora recorre a gírias, como no trecho *Falsificar com tanta impudência as criações da natureza, e pra quê!* (final do texto)
- (E) Por se tratar de linguagem informal, o emprego das vírgulas desrespeita as normas gramaticais no trecho *É um galpão imenso, maior do que qualquer aeroporto, coberto por uma espécie de cúpula oblonga, de plástico* (3º parágrafo).



3. *ondas tão fortes que chegam a derrubar as pessoas* (3º parágrafo)

A conjunção sublinhada acima estabelece noção de

- (A) finalidade.
- (B) causa.
- (C) conformidade.
- (D) consequência.
- (E) condição.

4. *a cada dia, mais renunciamos às nossas prerrogativas de seres vivos* (2º parágrafo)

Sem prejuízo do sentido, o segmento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por

- (A) abandonamos às
- (B) rejeitam-se às
- (C) abdicamos das
- (D) desdenham das
- (E) abrimos mão as

5. *vi na TV uma reportagem que me horrorizou* (2º parágrafo)

O sentido do trecho acima está mantido, em discurso indireto, do seguinte modo:

A escritora

- (A) disse que lhe horrorizava uma reportagem que viram na TV.
- (B) disse ter ficado horrorizada com uma reportagem que vira na TV.
- (C) afirma que uma reportagem que viu na TV a deixará horrorizada.
- (D) afirmou que veem uma reportagem na TV que lhe horrorizaria.
- (E) afirma que uma reportagem onde teria visto na TV tinha horrorizado-lhe.

6. *Pois que debaixo daquele imenso teto de plástico está um mar, com a sua praia.* (3º parágrafo)

Em relação ao que se afirmou anteriormente, o segmento acima introduz uma

- (A) condição.
- (B) explicação.
- (C) concessão.
- (D) temporalidade.
- (E) ressalva.

7. *O frágil corpo humano não foi feito para competir com a máquina, conviver com a máquina e explorá-la. A cada adiantamento técnico-científico, o conflito fica mais duro para o nosso lado.* (1º parágrafo)

Os elementos sublinhados acima constituem, respectivamente:

- (A) preposição – pronome – artigo
- (B) pronome – artigo – preposição
- (C) artigo – pronome – preposição
- (D) preposição – artigo – pronome
- (E) artigo – preposição – pronome

8. *A única presença viva, destacando-se no elenco de bonecos, era a repórter, apresentadora do espetáculo.* (4º parágrafo)

Sem prejuízo do sentido, o segmento sublinhado pode ser corretamente substituído por:

- (A) a que se davam destaque
- (B) que destacavam-se
- (C) na qual se destaca
- (D) da qual se destaca
- (E) que se destacava

9. Está correta a redação do seguinte comentário:

- (A) O comportamento das pessoas, à medida que a tecnologia avança, por vezes se tornam tão robotizados que causam espanto em alguns.
- (B) Durante uma filmagem em uma praia artificial, destacavam-se, dentre os frequentadores, a repórter que estava ali apenas para apresentar o espetáculo.
- (C) O comportamento das pessoas, quando transmitido pela TV, criam a impressão de que são figurantes em uma cena de animação computadorizada.
- (D) Ao observar o comportamento dos frequentadores de uma praia artificial, alguns tiveram a impressão de assistir a uma cena de animação computadorizada.
- (E) Em uma praia artificial, vê-se até mesmo jovens atletas surfando sobre ondas fortes, as quais chegam a derrubar as pessoas.



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 10 a 14.

A história do animal de estimação revela mudanças sociais ao longo do tempo. Na França, por exemplo, a corte de Luís XVI já rompera com o animal-máquina dos cartesianos. A afeição que Rousseau dedicou a seu cão fizera escola nos salões; deixara-se de considerar o animal como um boneco vivo para ver nele um indivíduo, digno de sentimento.

A época romântica fornece numerosos exemplos de atitudes de ternura para com o animal de companhia. O animal faz-se recurso contra os temores da solidão. Isolado em 1841 em Citavecchia, Stendhal afaga seus dois cachorros. Victor Hugo mostra-se muito apegado ao cão que o acompanha no exílio.

Em 1845, a Sociedade Protetora dos Animais instala-se em Paris. Desde então amplia-se a mania das exposições caninas; a fotografia do bicho junta-se à das crianças no álbum de família. O cão chega a colocar um problema para as companhias ferroviárias, que reservam um vagão para eles.

Durante o final do século XIX, o status do animal tende a modificar-se. A crescente influência dos livres-pensadores favorece o crescimento de uma nova fraternidade entre o homem e o bicho. Garantir seus direitos, assegurar sua felicidade é tentar romper com a nova solidão do gênero humano. O problema absolutamente não se coloca em termos ecológicos; trata-se de enaltecer simultaneamente o sentimento de humanidade e a utilidade social. A escola primária empenha-se em dar uma crescente atenção aos animais. A vulgarização das doutrinas evolucionistas, a expansão da medicina veterinária, os êxitos da zootecnia trabalham em favor desta nova fraternidade e avivam a inclinação ao antropomorfismo. Este alcança então o seu ápice.

Entretanto, igualmente neste domínio, as descobertas de Pasteur convidam a uma mudança de conduta. É certo que não parece que o cuidado com a assepsia, que levava a não se acariciar um animal sem usar luvas, tenha sobrevivido por muito tempo à moda inicial das novas teorias; o medo dos micróbios irá atuar pelo menos em favor do gato de apartamento, reputado como mais limpo que seu concorrente. O felino, até então limitado à alta sociedade e aos meios artísticos, expande-se entre o povo. Ao raiar do século XX, inaugura-se entre o homem e o animal uma inversão na relação afetiva de dependência; o último já se apresta a tornar-se o soberano e o senhor do espaço doméstico.

(Adaptado de: **A história da vida privada**. Volume IV, 1993)

10. O autor

- (A) explica que as descobertas de Pasteur levaram as classes mais altas a abdicar dos cuidados para com os animais de estimação.
- (B) critica a era romântica por atitudes excessivas em relação a animais de estimação, como a de destinar a cães um vagão nos trens.
- (C) assinala que a consciência ecológica observada já em meados do século XIX modificou a relação entre o homem e os animais domésticos.
- (D) esclarece, no quinto parágrafo, as razões que levaram os felinos a serem preteridos em relação aos cães.
- (E) observa, no quarto parágrafo, a tendência de se atribuir comportamentos humanos aos animais.

11. Entretanto, [...] as descobertas de Pasteur convidam a uma mudança de conduta. (5º parágrafo)

O elemento sublinhado acima estabelece, em relação ao que se afirmou antes, uma

- (A) oposição.
- (B) causa.
- (C) consequência.
- (D) conformidade.
- (E) proporcionalidade.

12. Sem prejuízo do sentido, o segmento sublinhado pode ser substituído pelo que se encontra entre parênteses em:

- (A) O felino, até então (desde que) (5º parágrafo) limitado à alta sociedade e aos meios artísticos, expande-se entre o povo.
- (B) A época romântica fornece numerosos exemplos de atitudes de ternura para com o (em relação ao) (2º parágrafo) animal de companhia.
- (C) Durante o (O decorrer do) (4º parágrafo) final do século XIX, o status do animal tende a modificar-se.
- (D) os êxitos da zootecnia trabalham em favor (na contrapartida) (4º parágrafo) desta nova fraternidade
- (E) Desde então (Assim que) (3º parágrafo) amplia-se a mania das exposições caninas

13. A partir do texto, afirma-se corretamente:

- (A) A crase em *tenha sobrevivido por muito tempo à moda inicial das novas teorias* (5º parágrafo) é facultativa e pode ser suprimida.
- (B) A vírgula colocada imediatamente após “ferroviárias” pode ser suprimida, sem prejuízo do sentido em *O cão chega a colocar um problema para as companhias ferroviárias, que reservam um vagão para eles.* (3º parágrafo)
- (C) O elemento sublinhado em *o último já se apresta a tornar-se o soberano e o senhor do espaço doméstico* (5º parágrafo) refere-se a “felino”.
- (D) No segmento *a fotografia do bicho junta-se à das crianças no álbum de família* (3º parágrafo) o emprego da crase indica a elipse da palavra “fotografia”.
- (E) O elemento sublinhado em *Este alcança então o seu ápice* (4º parágrafo) refere-se ao êxito da zootecnia.



14. *A crescente influência dos livres-pensadores favorece o crescimento de uma nova fraternidade entre o homem e o bicho.* (4º parágrafo)

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) é favorecido.
- (B) é favorecida.
- (C) favoreciam-se
- (D) tinha sido favorecida.
- (E) foi favorecido.

Noções de Legislação

15. A respeito das penalidades disciplinares, dispõe o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza que:
- (A) a demissão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência.
 - (B) quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 75% (setenta e cinco por cento) por dia da remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
 - (C) na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provirem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.
 - (D) a suspensão será aplicada no caso de insubordinação grave em serviço.
 - (E) entende-se por abandono de cargo a deliberada ausência ao serviço, sem justa causa, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
-
16. A Lei Orgânica do Município de Fortaleza, a respeito da Administração Municipal, estatui que:
- (A) o prazo de validade do concurso público é de três anos, prorrogável, por igual período, uma única vez.
 - (B) é permitida a acumulação de dois cargos públicos privativos da área da saúde quando houver compatibilidade de horários.
 - (C) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público somente responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, se comprovado que atuaram com dolo ou culpa.
 - (D) são bens públicos de uso especial aqueles sobre os quais o Município exerce os direitos de proprietário e são considerados como bens patrimoniais disponíveis.
 - (E) as terras públicas não utilizadas ou subutilizadas serão prioritariamente alienadas por meio de leilão.
-
17. O Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, em relação às espécies legislativas, dispõe que:
- (A) requerimento é a proposição em que o Vereador solicita a manifestação da Câmara Municipal, acerca de determinado assunto, visando à elaboração de projeto sobre a matéria de competência do Poder Executivo.
 - (B) emenda modificativa é a que resulta da fusão de outras emendas, ou destas com o texto, por transação tendente à aproximação dos respectivos objetos.
 - (C) indicação é a proposição dirigida à Mesa ou ao Presidente, por qualquer Vereador ou Comissão, sobre matéria de competência da Câmara Municipal, e será precedida, sempre, de ementa enunciativa de seu objeto.
 - (D) emenda aglutinativa é a que altera a proposição sem a modificar substancialmente.
 - (E) aprovado o adiamento da discussão, poderão os Vereadores requerer vistas do projeto, sendo o prazo comum não superior ao do adiamento, o que será imediatamente deferido pela Presidência, salvo quando o adiamento se destinar à audiência de Comissão.
-
18. A respeito das comissões parlamentares de inquérito, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza prescreve que:
- (A) a Comissão Parlamentar de Inquérito será composta de 9 (nove) membros, observada tanto quanto possível a proporcionalidade partidária, sendo o seu relator o Vereador autor principal do Requerimento.
 - (B) a Comissão Parlamentar de Inquérito não poderá atuar durante o recesso parlamentar.
 - (C) não será criada Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando, pelo menos, 5 (cinco) na Câmara.
 - (D) recebido o requerimento de instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Presidente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, ouvirá a Procuradoria Legislativa e a Coordenadoria Legislativa da Câmara para a verificação dos pressupostos regimentais e constitucionais de admissibilidade da matéria, a ser respondida na forma de pareceres fundamentados.
 - (E) a Câmara Municipal, a requerimento de um terço de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades policiais.



19. Segundo a Lei Orgânica do Município de Fortaleza, no que se refere aos servidores públicos,
- (A) os servidores do Município que exerçam atividades em unidades de emergência da rede hospitalar, em regime de plantão, farão jus à gratificação de setenta e cinco por cento sobre seus salários.
 - (B) os cargos e empregos públicos serão criados por lei, podendo ser sua denominação alterada por decreto do Chefe do Poder Executivo, para melhor atender à necessidade do serviço.
 - (C) o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo, homologado pelo Poder Judiciário, em que lhe seja assegurada ampla defesa.
 - (D) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.
 - (E) o servidor poderá ser diretor ou integrar conselhos de empresas privadas fornecedoras ou prestadoras de serviços ou que realizem qualquer contrato com o Município, desde que não relacionadas com o órgão de exercício do servidor.

Fundamentos e Teoria Geral do Direito

20. Dizer que o direito não existe essencialmente para satisfazer a ordem e a segurança ou que o papel do jurista não é só aplicar ou estudar leis existentes, postas pelo Estado, mas, mais que isto, aplicar o Direito com base em uma justiça do filósofo e do sábio, do caso concreto, não se dissociando os conceitos de justiça e de um direito que seja justo, sendo que a lei injusta não deve ser considerada lei, contraria o positivismo jurídico e reflete o pensamento
- (A) contratualista, para o qual o Direito constitui-se na expressão da adesão social à norma mais justa.
 - (B) do jurisprudencialismo, que considera o Direito construído na jurisprudência como um Direito para além do Estado.
 - (C) do jurista como alguém que sempre deve estar à procura da melhor solução, do justo, existindo neste sentido uma arte do Direito.
 - (D) da tridimensionalidade do Direito, para o qual o Direito é, ao mesmo tempo, fato, valor e norma.
 - (E) habermasiano, que compreende o Direito como fruto do consenso social.
21. O filósofo do direito Hans Kelsen (1881-1973) objetivou extirpar do Direito toda influência psicológica, sociológica e religiosa. Isto se traduz exatamente
- (A) no culturalismo jurídico.
 - (B) no positivismo jurídico.
 - (C) na tridimensionalidade do direito.
 - (D) no jusnaturalismo.
 - (E) na Escola Histórica do Direito.

22. Considere as afirmativas abaixo:

- I. O direito subjetivo de um sujeito é garantido pelo Estado, ou seja, pelo direito objetivo. Será direito subjetivo o direito que se encontra com a pessoa, na sua subjetividade, podendo ser exercido, porque também amparado por normas estatais.
- II. O direito objetivo é a legislação posta pelo Poder Legislativo. Não será direito objetivo normas jurídicas que não sejam as legisladas, tais como os decretos, portarias e resoluções expedidas pelo Poder Executivo.
- III. A liberdade é ao mesmo tempo um direito subjetivo, porque pertence ao indivíduo, instantaneamente, e um direito objetivo, porque decorre de normas jurídicas, ou seja, é garantida pelo Estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.



23. Considerando os conceitos de vigência, eficácia e efetividade da norma jurídica,
- (A) uma norma válida não pode ter sua vigência postergada.
 - (B) todas as normas vigentes têm eficácia e efetividade.
 - (C) sempre que uma norma jurídica não tiver mais vigência, automaticamente também não terá mais eficácia.
 - (D) vigência refere-se a validade formal ou técnico-jurídica, que pressupõe que a lei tenha sido emanada por um órgão competente.
 - (E) a norma jurídica que tem vigência, eficácia e efetividade não tem vigor.

24. A teoria do "mínimo ético" pode ser reproduzida através da imagem de dois círculos concêntricos, sendo o círculo maior o da Moral, e o círculo menor o do Direito. Haveria, portanto, um campo de ação comum a ambos, sendo o Direito envolvido pela Moral. Poderíamos dizer, de acordo com essa imagem, que "tudo o que é jurídico é moral, mas nem tudo o que é moral é jurídico".

(REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27. ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 42)

Considerando o texto acima:

- (A) O Direito representa o mínimo de Moral entendido como obrigatório para que a sociedade possa viver harmoniosamente.
- (B) Direito e Moral se correlacionam, em todos os casos, constante e mutuamente, com a mesma intensidade tanto para os valores morais quanto para os imorais.
- (C) O mínimo ético expressa a totalidade da Moral, independentemente da moral estar contida no Direito.
- (D) Sendo o Direito contido na Moral, o mínimo ético expressa somente o que está de acordo com a Moral, não sendo necessariamente tema jurídico.
- (E) A teoria do mínimo ético é expressão da cultura do punitivismo no Direito.

Raciocínio Lógico-Matemático

25. Algumas raposas estão comendo os ovos de um depósito. No primeiro dia elas comeram $\frac{1}{8}$ dos ovos. No segundo dia elas comeram $\frac{1}{5}$ dos ovos que sobraram e no terceiro dia comeram $\frac{1}{3}$ dos ovos que ainda restaram. Nesses três dias nenhum ovo foi repostado ou retirado do depósito. A fração dos ovos que inicialmente estavam no depósito e que sobraram intactos é

- (A) $\frac{7}{15}$
- (B) $\frac{119}{120}$
- (C) $\frac{7}{120}$
- (D) $\frac{1}{24}$
- (E) $\frac{1}{36}$

26. A soma de 6 números inteiros consecutivos é igual à soma dos 3 inteiros consecutivos que sucedem imediatamente o último termo da primeira soma. Essa soma vale

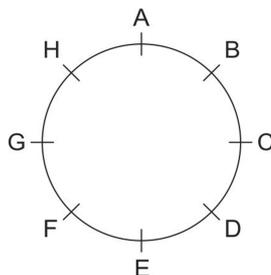
- (A) 31
- (B) 28
- (C) 27
- (D) 30
- (E) 24



27. Um cubo de arestas medindo 3 cm foi formado por 27 cubinhos brancos de arestas medindo 1 cm. Após montado, esse cubo teve todas suas faces pintadas de azul. Em seguida, o cubo foi desmontado, e restaram cubinhos com faces pintadas de branco ou azul. O total de cubinhos com exatamente duas faces pintadas de azul é
- (A) 15
(B) 6
(C) 8
(D) 12
(E) 1

28. Os 72 alunos de uma escola devem, nas aulas de educação física, participar de treinos em uma, duas ou três modalidades esportivas, entre futebol, atletismo e natação. Sabendo que 33 alunos treinam futebol, 34 treinam atletismo e 26 treinam natação, e que 4 alunos treinam as três modalidades, o número de alunos que treinam exatamente duas modalidades é
- (A) 27
(B) 16
(C) 19
(D) 22
(E) 13

29. Marcelo e Samanta desenharam, na quadra de sua escola, uma circunferência com letras, como na figura abaixo.



Eles brincam de saltar de uma letra para outra letra vizinha toda vez que uma moeda é lançada segundo a seguinte regra: se o resultado do lançamento for cara, Marcelo salta no sentido horário para a letra vizinha de onde ele está e Samanta fica parada. Se o resultado for coroa, Samanta salta no sentido anti-horário para uma letra vizinha de onde ela está e Marcelo fica parado. Marcelo começa em A e Samanta em E. Após 70 lançamentos da moeda que resultaram em exatamente 37 caras, Marcelo e Samanta estarão, respectivamente, nas letras

- (A) F e E
(B) H e C
(C) F e D
(D) G e D
(E) A e E
30. Se 16 máquinas produzem 7.056 metros de tecido em 18 dias, então, supondo que cada uma das máquinas produz a mesma quantidade de tecido por dia, o número de máquinas necessário para produzir 10.829 metros de tecido em 17 dias é
- (A) 25
(B) 24
(C) 27
(D) 26
(E) 28

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

31. A Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 – dispõe que informações pessoais
- (A) poderão ser divulgadas ou acessadas por terceiros, por força de previsão legal ou pelo consentimento expresso ou tácito da pessoa a que elas se referirem.
 - (B) terão seu acesso restrito, desde que haja classificação de sigilo e pelo prazo máximo de cem anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.
 - (C) podem ser acessadas, independentemente de consentimento do titular, quando necessárias à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstas em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem.
 - (D) terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de cinquenta anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.
 - (E) permanecem de acesso restrito, ainda que sejam necessárias à apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, por força do princípio da não-incriminação.
-
32. Augusto é servidor da Câmara Municipal de Fortaleza e possui um histórico de constante absenteísmo em serviço. Ao longo do ano de 2017, faltou 61 vezes ao trabalho, de forma não contínua e sem justificativas, tendo a última falta ocorrido em 30 de setembro. Em vista da conduta, em 20 de outubro de 2018, foi instaurado processo disciplinar em face do servidor, tendo sido concluído o inquérito administrativo sem a produção de provas abonadoras por parte do indiciado. Ao final do inquérito administrativo, Augusto foi regularmente citado e apresentou sua defesa, sem acrescentar outros elementos justificadores ou atenuantes de sua conduta, apenas protestando genericamente pela absolvição. Em vista da situação relatada, a comissão responsável pelo processo disciplinar propôs a aplicação de pena de 30 (trinta) dias de suspensão ao servidor, pena que foi efetivamente aplicada em 25 de novembro do mesmo ano. À luz do Estatuto funcional vigente – Lei nº 6.794/1990 – a punição aplicada está
- (A) incorreta, pois já havia se consumado a prescrição para aplicação da pena de suspensão, que se dá no prazo de um ano a partir da infração.
 - (B) correta, visto que a pena aplicável por inassiduidade habitual é a suspensão máxima de noventa dias, sendo que, por não se tratar de reincidência, a pena foi corretamente dosada.
 - (C) incorreta, pois a conduta não caracterizou infração disciplinar, sendo a inassiduidade punida com o desconto dos dias de salário e a perda de benefícios funcionais, como a licença-prêmio.
 - (D) incorreta, pois a conduta descrita, face à ausência de circunstâncias justificadoras ou atenuantes, é apenada com demissão do serviço público.
 - (E) incorreta, pois a inassiduidade habitual somente se caracteriza pela falta ao serviço, sem causa justificada, por noventa dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
-
33. Na garagem da Câmara Municipal de Fortaleza, um manobrista, recrutado por empresa contratada para prestação de serviços à Edilidade, atropelou um servidor da Casa, causando-lhe danos físicos que lhe deixaram sequelas permanentes. Esse servidor ajuizou ação indenizatória em face do Município de Fortaleza, com base no art. 37, § 6º da Constituição Federal, incluindo também no polo passivo da demanda o indigitado manobrista. Em vista da situação, e à luz da legislação e da jurisprudência dominante, é correto concluir que
- (A) a ação deveria ter sido proposta em face da Câmara Municipal, pois esta possui personalidade judiciária.
 - (B) a pretensão é improcedente, pois a responsabilidade prevista no art. 37, § 6º somente se aplica em favor de terceiros e não de servidores públicos.
 - (C) não se aplica o art. 37, § 6º em ilícitos civis de trânsito, mas apenas o regime de responsabilidade constante do Código Civil.
 - (D) a ação deveria ter sido proposta em face da empresa contratada, pois a Câmara somente responde de forma subsidiária, em vista da concessão desse serviço público.
 - (E) o manobrista é parte ilegítima para figurar na demanda, visto que a responsabilidade prevista no art. 37, § 6º não abrange a responsabilidade pessoal do agente causador do dano, que responde apenas em caráter regressivo e pelo regime de responsabilidade subjetiva.



34. Acerca da modalidade licitatória pregão, a Lei nº 10.520/2002 estatui que
- (A) a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
 - (B) a convocação dos interessados será efetuada por meios eletrônicos, dispensada a publicação em diário oficial ou em jornal, exceto se o vulto da licitação superar os valores fixados em regulamento.
 - (C) será adotado, para julgamento e classificação das propostas, o critério de menor preço ou os critérios combinados de técnica e preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
 - (D) qualquer licitante, encerrada a etapa de lances, poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer da classificação das propostas, sendo que o exame dos documentos de habilitação se dará após o julgamento desses recursos.
 - (E) o prazo de validade das propostas oferecidas no pregão será de noventa dias, se outro não estiver fixado no edital.

Direito Constitucional

35. Compete privativamente ao Presidente da República
- (A) a fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas.
 - (B) a transferência temporária da sede do Governo Federal.
 - (C) resolver definitivamente sobre tratados que acarretem encargos ao patrimônio nacional.
 - (D) autorizar referendo e convocar plebiscito.
 - (E) conferir condecorações e distinções honoríficas.
36. Sob o aspecto formal, a elaboração da lei orgânica do Município deve se dar, segundo a Constituição Federal, mediante votação em
- (A) um único turno e aprovação por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
 - (B) dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovação por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
 - (C) um único turno e aprovação por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
 - (D) dois turnos, com interstício mínimo de quinze dias, e aprovação por dois terços dos membros da Câmara Municipal, cabendo ser promulgada pelo Prefeito Municipal.
 - (E) dois turnos, com interstício mínimo de quinze dias, e aprovação por três quintos dos membros da Câmara Municipal, cabendo ser promulgada pelo Prefeito Municipal.
37. Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre a intervenção federal,
- (A) será realizada por requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior do Trabalho, quando fundada na desobediência à ordem ou decisão judiciária.
 - (B) o decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional, no prazo de quarenta e oito horas.
 - (C) a forma republicana é princípio constitucional cuja inobservância enseja intervenção federal, e sua decretação depende de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
 - (D) se não estiver funcionando o Congresso Nacional, far-se-á convocação extraordinária para a apreciação do decreto de intervenção, no prazo de setenta e duas horas.
 - (E) dependerá de requisição do Procurador-Geral da República, quando decretada para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
38. À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca do processo legislativo, a
- (A) proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (B) Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal ou estadual, de estado de defesa ou de estado de sítio.
 - (C) emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem.
 - (D) matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, exceto mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer Casa do Congresso Nacional.
 - (E) Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Câmaras dos Municípios da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.



39. De acordo com a disciplina da Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da ordem econômica e financeira,
- (A) lei municipal poderá impedir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
 - (B) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que haja prévia autorização de órgãos públicos.
 - (C) não fere a propriedade privada a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.
 - (D) é lícito o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
 - (E) a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, proibindo-se, contudo, a remessa de lucros ao exterior.

Direito Civil

40. De acordo com o Código Civil, a anulação da constituição das sociedades, por defeito do ato respectivo, se sujeita a prazo
- (A) decadencial, contado da data do ato.
 - (B) decadencial, contado da publicação de sua inscrição no registro.
 - (C) decadencial, contado da data em que o interessado tiver ciência do defeito.
 - (D) prescricional, contado da publicação de sua inscrição no registro.
 - (E) prescricional, contado da data em que o interessado tiver ciência do defeito.
-
41. Em contrato de compra e venda, as partes estipularam que o negócio somente produzirá efeito se ocorrer determinado evento futuro e incerto. Essa cláusula constitui
- (A) condição suspensiva.
 - (B) condição resolutiva.
 - (C) termo suspensivo.
 - (D) termo resolutivo.
 - (E) encargo resolutivo.
-
42. Por contrato, Marília obrigou-se a entregar a Teresa uma tonelada de determinado cereal, disponível em cinco variedades distintas, com graus diferentes de qualidade. Nesse caso, considerando que o contrato especificou apenas o gênero e a quantidade do cereal, mas foi silente quanto à variedade que deverá ser entregue,
- (A) sua escolha caberá a Marília, que não poderá dar o cereal de pior qualidade, nem será obrigada a prestar o de melhor qualidade.
 - (B) sua escolha caberá a Teresa, que não poderá exigir o cereal de melhor qualidade, nem será obrigada a aceitar o de pior qualidade.
 - (C) sua escolha caberá ao juiz, que deverá agir supletivamente à vontade das partes, de modo a integrar o contrato de elemento essencial à sua validade.
 - (D) Marília estará obrigada a fornecer apenas o cereal de pior qualidade, mas Teresa não poderá rejeitar o fornecimento de cereal de qualidade superior.
 - (E) Marília estará obrigada a fornecer o cereal de melhor qualidade, salvo se Teresa vier a aceitar o fornecimento de cereal de qualidade inferior.
-
43. Segundo o Código Civil, o contrato de prestação de serviço
- (A) deverá ser celebrado por instrumento público, se qualquer das partes contratantes for pessoa analfabeta, sendo vedada a assinatura a rogo.
 - (B) acaba com o falecimento do prestador do serviço, mas não do tomador.
 - (C) não obriga o tomador do serviço ao pagamento de nenhuma retribuição, se o prestador não possuir título de habilitação para realizá-lo, ainda que do serviço lhe resulte benefício.
 - (D) será inválido e ineficaz se não houver estipulado a remuneração do prestador do serviço.
 - (E) não poderá ter prazo superior a quatro anos, embora tenha por causa o pagamento de dívida de quem o presta, ou se destine à execução de certa e determinada obra.



44. Acerca dos direitos da personalidade, segundo o Código Civil, considere as seguintes proposições.
- I. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
 - II. É defeso, mesmo que por exigência médica, o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
 - III. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
 - IV. Os direitos da personalidade são, sem exceção, intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
 - V. É inválida a disposição gratuita do próprio corpo, para depois da morte, ainda que com objetivo científico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

Direito Processual Civil

45. De acordo com o Código de Processo Civil, a norma processual
- (A) retroagirá, mas não será imediatamente aplicável aos processos em curso.
 - (B) retroagirá e será imediatamente aplicável aos processos em curso.
 - (C) não retroagirá nem será imediatamente aplicável aos processos em curso.
 - (D) não retroagirá e será imediatamente aplicável aos processos em curso.
 - (E) retroagirá, respeitados os atos processuais já praticados.
-
46. Renata ajuizou ação de indenização por danos materiais contra Almeida, atribuindo-lhe a culpa por acidente de trânsito que resultou na danificação do seu automóvel. Em sua contestação, Almeida alegou não ser parte legítima, nem responsável pelo dano, por não ser proprietário nem condutor do veículo que colidiu com o automóvel de Renata. Nesse caso, o juiz deverá
- (A) julgar de plano a lide, extinguindo o processo sem resolução do mérito, se a contestação vier instruída de prova bastante da alegação de Almeida; além disso, condenará Renata a reembolsar as despesas e a pagar honorários ao procurador de Almeida.
 - (B) julgar de plano a lide, extinguindo o processo sem resolução do mérito, se a contestação vier instruída de prova bastante da alegação de Almeida; entretanto, não condenará Renata a reembolsar as despesas ou a pagar honorários ao procurador de Almeida, salvo comprovada má-fé.
 - (C) julgar de plano a lide, extinguindo o processo com resolução do mérito, se a contestação vier instruída de prova bastante da alegação de Almeida; além disso, condenará Renata a reembolsar as despesas e a pagar honorários ao procurador de Almeida.
 - (D) facultar a Renata, em quinze dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu; realizada a substituição, caberá a Renata reembolsar as despesas e pagar honorários ao procurador de Almeida.
 - (E) facultar a Renata, em quinze dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu; mesmo se realizada a substituição, não caberá a Renata reembolsar as despesas ou pagar os honorários ao procurador de Almeida, salvo comprovada má-fé.
-
47. O Código de Processo Civil estabelece que, em regra, compete ao autor o ônus da prova quanto aos fatos constitutivos do seu direito, e ao réu, por outro lado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Entretanto, o ônus da prova poderá ser distribuído de modo diverso por
- (A) convenção das partes, desde que celebrada posteriormente ao ajuizamento da ação.
 - (B) convenção das partes, desde que celebrada anteriormente ao ajuizamento da ação.
 - (C) convenção das partes, celebrada antes ou durante o processo.
 - (D) decisão do juiz, mas não por convenção das partes.
 - (E) convenção das partes, mas não por decisão do juiz.



48. Ana moveu ação de indenização por danos materiais contra Letícia, que foi julgada procedente por sentença transitada em julgado que condenou a ré ao pagamento da quantia equivalente a vinte salários mínimos. Um ano e meio depois do trânsito em julgado, Letícia ajuizou contra Ana ação rescisória, fundada na alegação de que a referida sentença fora proferida por juiz absolutamente incompetente. Nesse caso,
- (A) a ação deverá ser rejeitada de plano, pois o direito à rescisão da sentença se extingue em um ano contado do trânsito em julgado.
 - (B) a ação deverá ser rejeitada de plano, pois fundada em alegação que não se enquadra nas hipóteses legais de rescisão da sentença.
 - (C) a ação deverá ser rejeitada de plano, pois não se admite rescisão de sentença que tenha imposto condenação inferior a cem salários mínimos.
 - (D) a propositura da ação rescisória impede o cumprimento da sentença rescindenda, independentemente da concessão de tutela provisória.
 - (E) caberá a Letícia depositar a importância de cinco por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.

Direito Penal

49. Configura o crime de falsificação de documento público o ato de
- (A) reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja.
 - (B) alterar documento público verdadeiro.
 - (C) destruir, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público verdadeiro, de que não podia dispor.
 - (D) omitir, em documento público, declaração que dele devia constar, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
 - (E) dar o médico, no exercício da sua profissão, atestado falso.
50. Sobre os crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral é correto afirmar que
- (A) configura crime desacatar instituição pública federal ou estadual.
 - (B) comete o crime de prevaricação o funcionário público que se apropria de dinheiro, de que tem a posse em razão do cargo.
 - (C) se o agente solicita para si vantagem indevida em razão da função pública, mas não a recebe, o fato resta atípico.
 - (D) configura corrupção passiva exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, em razão da função pública, vantagem indevida.
 - (E) é advocacia administrativa patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

51. O arrependimento posterior se configura quando
- (A) o crime, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente criminoso.
 - (B) no crime se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
 - (C) há reparação do dano por ato voluntário até o recebimento da denúncia ou queixa nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
 - (D) o agente, iniciada a execução do crime, arrepende-se e impede que o resultado se produza e que o crime se consuma.
 - (E) o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução do crime.

Direito Processual Penal

52. Acerca do inquérito policial é correto afirmar:
- (A) Nos caso de apuração de delito de furto qualificado, deverá se encerrar no prazo de 10 (dez) dias se o indiciado estiver preso.
 - (B) Em caso de ausência de indícios de autoria, poderá ser arquivado pelo Delegado de Polícia ou pelo Promotor de Justiça responsável pela investigação.
 - (C) Nos crimes de ação penal privada, pode ser instaurado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
 - (D) É regido pelos princípios da oralidade, publicidade e ampla defesa.
 - (E) É indispensável para a propositura da ação penal pública incondicionada ou condicionada à representação da vítima do delito.



53. Roberto, após regular instrução criminal, foi condenado, com trânsito em julgado para as partes, em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão em regime fechado, por ter praticado o crime de roubo circunstanciado pelo concurso de agentes. Nesse caso, o lapso temporal que Roberto deve cumprir para a progressão ao regime semiaberto é de
- (A) 1/3.
 - (B) 3/5.
 - (C) 2/5.
 - (D) 1/6.
 - (E) 1/2.

54. Acerca da prisão em flagrante e da prisão preventiva,
- (A) denomina-se flagrante próprio a hipótese da prisão de quem é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
 - (B) a decretação da prisão preventiva será obrigatória em desfavor de acusados de praticar crimes de natureza grave, tais como o roubo seguido de morte.
 - (C) a prisão preventiva, quando decretada pelo Delegado de Polícia, poderá ser impugnada via recurso dirigido ao chefe de polícia.
 - (D) se o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato em legítima defesa, deverá enviar os autos imediatamente ao Procurador-Geral de Justiça, para que este proceda ao aditamento da denúncia.
 - (E) nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

Direito Tributário

55. Ao se referir à Notificação de Lançamento e ao Auto de Infração, a Lei Complementar nº 159/2013 do município de Fortaleza, Ceará, traz as seguintes regras:
- I. Devem conter, no mínimo, a identificação do fato gerador da obrigação, do sujeito passivo, o *quantum* devido, a infração e a penalidade aplicável, quando for caso, e a identificação da autoridade responsável pelo lançamento.
 - II. A assinatura na Notificação de Lançamento ou no Auto de Infração importa em confissão, salvo se o contribuinte demonstrar, no prazo legal, a existência de nulidade insanável no referido instrumento fiscal.
 - III. Além dos requisitos essenciais previstos na LC nº 159/2013, a Notificação de Lançamento e o Auto de Infração poderão contemplar outras informações necessárias para melhor consubstanciar o lançamento, conforme dispuser o regulamento.
 - IV. Somente por decisões definitivas em processo judicial ou administrativo poderão ser sanadas as omissões, incorreções ou inexatidões verificadas na Notificação de Lançamento e no Auto de Infração, cuja correção não importe mudança do sujeito passivo, inovação da motivação ou da penalidade aplicável, quando for o caso, ou acréscimo da exigência, não constituem motivo de nulidade do ato.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I.
 - (D) III e IV.
 - (E) II.
56. Ao tratar da responsabilidade tributária, o Código Tributário Nacional dispõe que a pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra um estabelecimento comercial responde
- (A) integralmente pelos tributos devidos se o alienante prosseguir na exploração de nova atividade no mesmo ramo de comércio.
 - (B) subsidiariamente pelos tributos devidos se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
 - (C) solidariamente pelos tributos devidos pelo alienante em qualquer hipótese.
 - (D) subsidiariamente com o alienante, se este iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
 - (E) integralmente pelos débitos fiscais, no caso de alienação judicial em processo de falência.



57. As garantias e privilégios do crédito tributário estão consagrados no Código Tributário Nacional e em outras leis tributárias, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram. Sobre o tema, é correto afirmar:
- (A) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza da obrigação tributária a que corresponda.
 - (B) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, excetuados os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
 - (C) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário, pois sempre são impenhoráveis.
 - (D) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário exigido em auto de infração, inscrito ou não na dívida ativa.
 - (E) Após inscrição na dívida ativa do crédito tributário, a alienação pelo devedor de parte de seus bens caracterizará fraude, mesmo se sobrar bens e rendas suficientes para o pagamento total do crédito tributário devido.

Direito Previdenciário

58. José Maria foi eleito para integrar o conselho deliberativo de Entidade de Previdência Complementar patrocinada pelo Poder Público e suas Empresas, nos termos da Lei Complementar nº 108/2001. Com estas informações, é correto afirmar:
- (A) Trata-se do órgão responsável pela administração da entidade e José Maria deverá comprovar experiência no exercício de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial e de auditoria.
 - (B) O mandato de José Maria será de dois anos, com garantia de estabilidade, permitida uma recondução.
 - (C) Trata-se do órgão máximo da estrutura organizacional e sua composição será no máximo de seis membros, paritária entre representantes dos participantes e assistidos, e dos patrocinadores.
 - (D) Trata-se do órgão máximo da estrutura organizacional e sua composição será no máximo de quatro membros, paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores.
 - (E) O mandato de José Maria será de quatro anos, sem garantia de estabilidade, permitida uma recondução.
-
59. Solange, trabalhadora urbana, está afastada recebendo benefício previdenciário por doença. Já Ivete, trabalhadora rural individual, está aposentada por invalidez. Ambas receberam uma notificação do INSS, que está apurando indícios de irregularidades em seus benefícios, determinando que apresentem defesa, provas ou documentos de que disponham. Neste caso, os prazos máximos em que devem ser apresentados os documentos pelas beneficiárias, serão, respectivamente, de:
- (A) 30 dias para ambas.
 - (B) 30 e 60 dias.
 - (C) 60 dias para ambas.
 - (D) 60 e 90 dias.
 - (E) 90 dias para ambas.
-
60. Leonor é servidora municipal de Fortaleza e cuida de Margarida, sua mãe idosa. Margarida caiu, quebrou o fêmur, e terá que ficar deitada necessitando de cuidados 24 horas por dia. Tendo em vista que Leonor é a única pessoa que poderá cuidar de sua mãe, de acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, é correto afirmar:
- (A) Não será concedida licença à servidora, tendo em vista que somente é concedida a descendentes, cônjuges, companheiros, enteados até o segundo grau civil.
 - (B) Somente será concedida licença à servidora se Leonor comprovar que sua assistência é indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, recebendo pela metade sua remuneração durante o período da licença.
 - (C) Será concedida licença à servidora, se Leonor comprovar que sua assistência é indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, recebendo sua remuneração integral.
 - (D) Somente será concedida licença à servidora se a mãe de Leonor contar com pelo menos 70 anos de idade, além da comprovação de que necessita da assistência da filha, que não pode simultaneamente exercer o cargo, ficando sua remuneração limitada a 1/3.
 - (E) Será concedida licença à servidora, se Leonor comprovar que sua assistência é indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, mas não receberá remuneração durante a licença.

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado Capítulo 9. 9.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 9.4.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.5 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 9.4.1 – **Conteúdo**, 9.4.2 – **Estrutura** e 9.4.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.6 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.7 Na **Prova Discursiva-Redação** deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de **20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.8 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

I

“Acredite se quiser – e sei que a maioria não acredita – a violência vem diminuindo desde o passado distante, e hoje podemos estar vivendo na era mais pacífica que nossa espécie já atravessou.” Desse modo Steven Pinker afirma a tese de que a história influencia decisivamente a nossa psicologia na questão da violência. Assim, os marcos civilizatórios afirmados no decorrer dos tempos nos pressionam psicologicamente a sentir repulsa por atos que implicam violência, mas que eram tolerados em outros tempos históricos.

(Disponível em: <https://www.conjur.com.br>. Adaptado)

II

A civilização a que me refiro nunca está completada, e está sempre ameaçada. Corre perigo porque a salvaguarda dos padrões mais civilizados de comportamento e sentimento em sociedade depende de condições específicas. Uma destas é o exercício de autodisciplina, relativamente estável, por cada pessoa. Isso, por sua vez, está vinculado a estruturas sociais específicas. Estas incluem também, sobretudo, a resolução pacífica de conflitos intraestatais – isto é, a pacificação social. Mas a pacificação interna de uma sociedade está sempre correndo perigo.

(Adaptado de: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**, 1997, p. 161)

Considerando o que se afirma em **I** e **II**, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

Violência e controle social

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	